

Raissa Albuquerque dos Anjos, Pablo Marcel de Arruda Torres, Nathalie Barros da Mota Silveira *

Artesanato Paraibano: Um estudo sobre identidade e território em Associações de Artesãs da Paraíba



Raissa Albuquerque dos Anjos é Mestre em Design pela Universidade Federal de Campina Grande (2020). Possui bacharelado em Design pela Universidade Federal de Campina Grande (2016) e graduação em Design de interiores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2010). Atuou como professora substituta no Departamento de Design da Universidade Federal da Paraíba entre os anos de 2018 e 2020.

<raissa.albuqrq@gmail.com>

ORCID: 0000-0003-2355-5845

Resumo Com o movimento de revitalização do artesanato brasileiro na década de 1990 incentivado por políticas públicas, a atividade artesanal torna-se atrativa ao setor econômico e cultural no país. Partindo-se do pressuposto de que a produção artesanal é beneficiada pela organização de artesãos em associações e cooperativas, a presente pesquisa investiga os efeitos do associativismo no desenvolvimento do artesanato paraibano sob a ótica do artesão. Por meio de um estudo de casos múltiplos em quatro Associações de Artesãs, a pesquisa revela um artesanato que se estabelece junto ao território como reflexo de abordagens assistencialistas e mercadológicas aplicadas pelo setor público, sendo influenciado pelo setor econômico e negligenciado como atividade cultural.

Palavras chave Artesanato, Território, Identidade, Políticas Públicas.

Paraíba Crafts: A study on identity and territory in Associations of craftswomen of Paraíba

Pablo Marcel de Arruda Torres é PhD. em Design e Inovação pela Università degli Studi della Campania (Itália), com estágio internacional junto à Universidade de Málaga (Espanha), onde foi bolsista da CAPES e desenvolveu pesquisa sobre design participativo, inovação social e empreendedorismo. Possui especialização em Marketing e Comunicação (2013), Mestrado em Engenharia (2006) e Graduação em Design (2003). É professor Adjunto do Curso de Design da Universidade Federal de Campina Grande, onde foi Coordenador de Graduação entre 2010 e 2012 e entre 2017 e 2019. <pablo@design.ufcg.edu.br>
ORCID: 0000-0002-3079-8098

Nathalie Barros da Mota Silveira é Desenhista Industrial pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mestra e doutora em Design pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do grupo de pesquisa Morfologia do Artefatos e Sistemas de Comunicação. Atuou como designer de produto pelo Centro Pernambucano de Design entre os anos de 2011 e 2015, desenvolvendo projetos na área de economia criativa. Atuou como docente nos cursos de graduação em Design de Interiores, Arquitetura, Design de Moda e na Pós-Graduação em Design e Arquitetura de Interiores do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) entre os anos de 2016 e 2018.
<nathalie.motasilveira@gmail.com>
ORCID: 0000-0001-8928-3200

Abstract *With the movement to revitalize the Brazilian handicrafts in the 1990s encouraged by public policies, craft activity becomes attractive to the economic and cultural sector in the country. Based on the assumption that craft production is benefited by the organization of craftsmen in associations and cooperatives, this research investigates the effects of associativism in the development of Paraíba handicrafts from the perspective of the craftsman. Through a multiple case study in four Associations of Craftswomen, the research reveals a handicraft that is established in the territory as a reflection of assistentialist and marketing approaches applied by the public sector, being influenced by the economic sector and neglected as a cultural activity.*

Keywords *Craft, Territory, Identity, Public Policies.*

Artesanía de Paraíba: Un estudio sobre identidad y territorio en Asociaciones de Artesanas de Paraíba

Resumen *Con el movimiento para revitalizar la artesanía brasileña en la década de 1990 alentado por las políticas públicas, la actividad artesanal se vuelve atractiva al sector económico y cultural del país. Partiendo del supuesto de que la producción artesanal es beneficiada por la organización de artesanos en asociaciones y cooperativas, la presente investigación investiga los efectos del asociativismo en el desarrollo de la artesanía de Paraíba desde la perspectiva del artesano. A través de un estudio de casos múltiples en cuatro Asociaciones de Artesanas, la investigación revela una artesanía que se afianza en el territorio como reflejo de enfoques asistencialistas y de marketing aplicados por el sector público, siendo influenciado por el sector económico y desatendidos como actividad cultural.*

Palabras clave *Artesanía, Territorio, Identidad, Políticas Públicas.*

Introdução

No Brasil, o artesanato tem suas origens no período de colonização entre os séculos XV e XVI. Diferentemente do artesanato produzido em países da América do Sul e Europa, cujo fazer artesanal evoluiu juntamente com os aspectos industriais e econômicos da sociedade, o artesanato brasileiro se ergue por meio de intervenções culturais de outros povos. Sem conexão com o mercado, o artesanato do país desenvolve-se por meio de ensinamentos e diretrizes de uma classe dominante – geralmente educadores religiosos – para classes inferiorizadas como escravos, indígenas e mestiços (FERNANDES, 2015). Tais aspectos conferem ao fazer artesanal brasileiro um status de atividade realizada às margens da sociedade, carregado de um preconceito que “certamente reflete a visão da sociedade que desvaloriza o que vem das camadas subalternas e reconhece previamente a produção da elite” (BORGES, 2011, p.22-25). Fortalecendo assim o preconceito perante o artesanato como algo mal-acabado e rudimentar que pode ser observado até hoje.

Num processo de valorização dos saberes artesanais que teve início na década de 1960, designers e arquitetos influenciam movimentos de reestruturação socioeconômica do artesanato brasileiro. Com apoio expressivo do Governo Federal a partir da década 1990, ações de revitalização da cultura e abertura do comércio externo foram atribuídas ao artesanato, em conformidade com o que era proposto por programas semelhantes aplicados em países como Espanha, México e Colômbia (BORGES, 2011; ROSSI, 2017). Neste cenário o artesanato torna-se atividade econômica promissora ao empreendedorismo no Brasil. Financiadas pelo setor público, ações de fomento e valorização do artesanato são propostas em todo território nacional dando origem à novos contextos socioculturais, novas perspectivas de bem-estar e novas possibilidades de ascensão financeira ao artesão. Dentre as ações propostas para o setor artesanal nas últimas três décadas destacamos o incentivo ao associativismo e cooperativismo de artesãos como estratégia econômica.

Com o objetivo de organizar a atividade artesanal em todo o território nacional, programas como o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) em parceria com órgãos de financiamento como o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) propõem novos sistemas de estruturação e classificação do trabalho artesanal, dentre eles as associações e cooperativas, adequando assim o fazer artesanal às realidades legislativas brasileiras. Envoltos numa cultura de associativismo proposta pelo setor público, o artesanato brasileiro desenvolve-se por meio de políticas públicas governamentais. É essa perspectiva econômica que passa a direcionar o fazer artesanal do país no século XXI.

Entretanto, pouco se questiona sobre as circunstâncias, e principalmente as consequências, dessa perspectiva empreendedora para a construção e manutenção do saber imaterial e cultural do artesanato. Questionamentos sobre identidades, tradições, singularidades e história se perdem em meio às exigências comerciais do produto artesanal.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que o setor artesanal é beneficiado por práticas de associativismo e cooperativismo de artesãos brasileiros, o presente artigo busca questionar quais os efeitos dessas práticas no desenvolvimento do artesanato paraibano, considerando-se os contextos sociais, culturais e econômicos do Estado. Para isso, percebemos necessária uma análise das abordagens utilizadas atualmente por órgãos e programas de fomento do artesanato paraibano, investigando-se as consequências de um relacionamento hierárquico entre agente externo e artesão.

Desse modo, consideramos a compreensão do contexto sociocultural de associações de artesãs paraibanas como ponto de partida ao processo de investigação qualitativa. Por meio de um estudo de casos múltiplos e do uso de ferramentas etnográficas como observação direta e entrevistas semiestruturadas, tais processos permitiram analisar as influências de ações pró-associativismo no processo artesanal paraibano sob a ótica do artesão. Como recorte tipológico e geográfico foram selecionadas Associações de Artesãs com produção de Artesanato de Referência Cultural ou Artesanato Tradicional¹ Associações inseridas nas Regiões Geográficas Intermediárias de João Pessoa e Campina Grande, que receberam consultorias de design e gestão financiadas por órgãos públicos e paraestatais entre os anos de 2000 e 2019. Nesse contexto foram selecionadas quatro associações: i) Associações de Artesãs Sereias da Penha; ii) Associação dos Artesãos de Natuba; iii) Associação das Artesãs de Serra Redonda e iv) Associação dos Artesãos de São João do Tigre. Ademais, foram considerados estrutura social e econômica da associação, tipologia do artesanato produzido, ocorrência de processos de associativismo estabelecidos durante as consultorias de design e gestão.

Identidades e singularidades do Artesanato Brasileiro

Falar sobre identidade do artesanato brasileiro tem se mostrado um caminho escorregadio ao longo dos anos, onde pesquisadores se debruçam sobre questões históricas, culturais, sociais e econômicas na busca por conhecimentos acerca do artesanato produzido no país. Primeiramente, devemos lembrar que como atividade de produção local, o artesanato se estabelece junto ao contexto macro, ou seja, ao território e às pessoas que estão inseridas neste espaço (KRUCKEN, 2017). O artesanato produzido no Norte tem características divergentes do artesanato consumido no Sul do país, assim como o artesanato produzido em comunidades pesqueiras do li-

toral nordestino possui propriedades distintas do artesanato produzido por comunidades quilombolas no Cariri. A identidade do artesanato brasileiro relaciona-se com a identidade brasileira, ou seja, com a pluralidade de um povo miscigenado e heterogêneo.

Para Bezerra, Arruda e Lopes Filho (2017, p.216) a construção de identidade de um povo é fruto do cultivo, apropriação e difusão de valores e costumes consolidados pela população ao longo do tempo, dando origem ao imaginário popular necessário à percepção e reconhecimento dessa identidade como sua. Nessa perspectiva, a identidade do artesanato segue a identidade do artesão, é a mensagem expressa por meio de objetos ao longo do tempo. O artesanato torna-se reflexo de um povo, de sua essência, vivências e experiências em um território. Nesse contexto, percebe-se a identidade do artesanato como a característica que lhe define perante a sociedade brasileira (BAUMAN, 2005).

Numa perspectiva divergente, Albuquerque Júnior (2007, p.18) questiona o conceito de identidade aplicado ao Brasil. Isto porque identidade “significa em nossa língua permanecer ou ser idêntico a si mesmo, implicando uma semelhança essencial que percorreria toda a nossa existência como sociedade ou como indivíduo.” Ao estendermos o questionamento ao setor artesanal revelamos uma contradição semântica: a identidade do artesanato brasileiro fundamenta-se em sua pluralidade. Desse modo, ao mesmo tempo que buscamos uma caracterização da atividade artesanal atribuindo-lhe uma identidade, utilizamos como elemento identitário sua capacidade de diversificação e diferenciação. Para o autor, a contradição ocorre devido a percepção da diversidade como “simples justaposição ou coexistência pacificada e apromblemática entre práticas, formas e manifestações culturais” (ibidem, p.20). Como alternativa, o autor utiliza o termo singularidade como elemento de identificação, pois ao passo que identidade limita um fenômeno, “a singularidade só existe porque afirma a coexistência da diferença” (ibidem, p.21). Dessa maneira, entendemos a identidade do artesanato brasileiro como um conjunto de manifestações culturais e singularidades do povo brasileiro expressas por meio de objetos e artefatos artesanais.

Resistente ao tempo, o artesanato se desenvolve em meio a tradições sociais, culturais, estéticas e religiosas em todo território nacional. Entretanto, até a atualidade o artesanato brasileiro é constantemente relacionado a grupos sociais marginalizados, próximos à linha da pobreza (BARROSO, 2001; BORGES, 2011; CAVALCANTI, 2017; NORONHA, 2017; FERNANDES; 2017). Nesse cenário, políticas públicas de cunho assistencialista e abordagens sociais utilizam como argumento o resgate do saber artesanal para a promoção de melhora na qualidade de vida e ascensão econômica do artesão. Favorecida pela perspectiva econômica e comercial da atividade artesanal, uma urgência na ressignificação do artesanato como atividade empreendedora é evidenciada a partir dos anos 2010 em documentos como a “Cartilha para o Artesanato Competitivo” proposto pelo SEBRAE. Revelando um direcionamento ideológico que busca transformar o “artesão em

empreendedor subalterno, um agente cuja mentalidade não se desvincula do comércio” (MARQUESAN; FIGUEIREDO, 2014, p. 86). Fortalecidas por uma lógica empreendedora e social, políticas públicas de fomento do artesanato são propagadas em todo território nacional, promovendo processos de associativismos e cooperativismo de artesãos em todo país. Para Barroso (2001) a identificação e caracterização do artesanato brasileiro faz parte das necessidades de agentes externos como o meio acadêmico, programas de ações públicas e mercado consumidor, e não propriamente do artesão. Para Marquesan e Figueiredo (2014) e Keller (2014) o sistema de consumo do trabalho artesanal contemporâneo revela-se na verdade como meio de exploração da cultura e do artesão.

Desse modo, as classificações do artesanato propostas pela Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (BRASIL, 2012) são utilizadas atualmente como elemento de padronização e identificação da produção artesanal do país. Dentro das classificações propostas, Artesanato Tradicional e Artesanato de Referência Cultural destacam-se devido a expressiva exploração dos conceitos de cultura, história e mercado. Em conjunto com as classificações do artesanato, as formas de organização de trabalho artesanal tornam-se essenciais ao processo de mercadorização do artesanato (KELLER, 2014). Para o autor, essa mercadorização do produto artesanal se explica devido ao contexto contemporâneo no qual artesanato e artesão estão imersos atualmente, isto porque a atividade artesanal torna-se meio de subsistência social e econômica do artesão ao mesmo tempo que é meio de subsistência de identidades e tradições culturais do artesanato. O autor comenta ainda que a ampliação “no surgimento de associações e de cooperativas de artesãos está ligado ao desenvolvimento de atividades de políticas de fomento ao artesanato (principalmente atividades de capacitação do Sebrae)” (ibidem, p.337). Porém, o crescimento no número de associações não é suficiente para a diminuição do status marginalizado de comunidades artesãs, que permanecem num estado precário de trabalho e desenvolvimento econômico em todo o país.

Identidades e singularidades do Artesanato Paraibano

Ao buscarmos compreender uma identidade expressa no artesanato paraibano primeiramente devemos perceber a realidade que o cerca e principalmente de quem o constrói. É preciso compreender o artesão em seu contexto sociocultural, onde vivências e significados são capazes de explicar atitudes, valores, preferências e aspirações de um fazer artesanal. Diante disso, a investigação qualitativa teve início com a lembrança do primeiro contato das artesãs com o fazer artesanal, buscando compreender como essa experiência pode ter influenciado a trajetória de cada uma das entrevistadas até os dias atuais.

As entrevistas revelam uma divisão de experiências em dois grupos: artesãs cujo primeiro contato ocorreu ainda na infância e artesãs cujo contato inicial ocorreu já na fase adulta. De maneira esperada, as artesãs que produzem um Artesanato Tradicional com a técnica do Labirinto ou com a técnica da Renda Renascença remetem suas experiências à observação de mulheres próximas, como avós, mães, tias e vizinhas, pontuando admiração por estas mulheres. A Artesã Labirinteira Margarida² aponta que seu primeiro contato com o artesanato veio com a observação do fazer artesanal de sua mãe, que utilizava de suas habilidades manuais com o bordado para complementar a renda familiar. Em outro contexto sociocultural, as artesãs que também conheceram o artesanato na infância, mas que produzem o Artesanato de Referência Cultural comentam que o primeiro contato funcionou como uma espécie de semente que vem a florescer com cursos promovidos pelo setor públicos, como explica a Artesã Flora.

Eu acho que eu nasci dentro disso, porque minha tia era costureira. Quando eu entrei no curso (de artesã de biojoias), eu fazia boneca de tecido para vender porque ela (tia) tinha me ensinando a fazer fuxico. Já bordei toalhinha para vender, porque ela (tia) me ensinou a fazer ponto cruz. Então desde muito tempo que eu mexo com coisas assim artesanais.

O relato da artesã evidencia a influência do artesanato produzido por mulheres do núcleo familiar na construção de uma identidade artesanal própria. Em contrapartida, ao observarmos os relatos do segundo grupo, aquele cujo primeiro contato com o artesanato ocorreu na fase adulta percebemos um direcionamento aos aspectos de saúde mental e renovação pessoal e/ou profissional, como relata a Artesã Malva *“Eu estava à toa, sem fazer nada. Aí eu peguei todas as técnicas com a Margarida. Ela me ensinou e (agora) tô aqui bordando com ela e fazendo a diferença.”* Ao observarmos as experiências dos dois grupos paralelamente, podemos perceber a presença de elementos como memória afetiva, admiração, história e tradição nos relatos do primeiro grupo de artesãs, atribuindo aspectos simbólicos e emocionais ao fazer artesanal junto à família e/ou ao contexto social. Já o segundo grupo expõe aspectos relacionados a preocupações da vida adulta como geração de renda, saúde mental e ocupação de tempo.

Situação semelhante ocorre quando questionadas sobre elementos de identificação e caracterização dos produtos artesanais produzidos. As artesãs que produzem Artesanato Tradicional, ao serem questionadas sobre uma identidade do artesanato, constantemente remetem suas respostas à cultura, tradição e arte. A Artesã Margarida que trabalha com o Labirinto afirma que *“A identidade é aquilo que a gente leva dos nossos pais, nossos familiares.”* Logo, podemos relacionar a fala das artesãs com a natureza do artesanato produzido, revelando uma percepção simbólica e tradicional do fazer artesanal como parte de sua história de vida.

Essa relação entre tipologia e identidade do artesanato pode ser observada também na fala das artesãs de Artesanato de Referência Cultural, onde as artesãs relacionam identidade artesanal com o fazer artístico, o manuseio da matéria-prima e o território. Ao ser questionada sobre a identidade do artesanato que produz a artesã Artesã Flora, que trabalha com escama de peixe, reflete sobre suas habilidades com a matéria-prima. De maneira semelhante, a Artesã e Tecelã Rosa, relaciona identidade com matéria-prima e território, afirmando que “*peças feitas com tear (de fibra de bananeira), só tem em Natuba*”. Desta maneira, a fala das artesãs evidencia que apesar das semelhanças na construção de uma primeira memória afetiva, a tipologia do artesanato produzido influencia diretamente a percepção quanto a construção e reconhecimento de uma identidade artesanal. Portanto, observa-se que o território pode ser considerado um fator dominante na expressão e percepção de identidade do artesanato em todas as associações estudadas, onde aspectos geográficos, ambientais e sociais influenciam processos de criação, produção e comercialização das peças artesanais.

Com recorrência, pode ser observada a utilização de elementos característicos do território nos processos criativos do artesanato, como obtenção de matérias-primas ou reprodução de elementos simbólicos e icônicos do local, o que proporciona sentimentos de pertencimento e exclusividade por parte das artesãs. Nas duas associações que produzem Artesanato de Referência Cultural a matéria-prima base para a confecção das peças é obtida no território. Em ambos os casos existe o reconhecimento imediato do território e da matéria-prima como elementos de identificação do artesanato produzido por parte das artesãs entrevistadas. Já nas duas associações que produzem Artesanato Tradicional, os elementos característicos do território são utilizados como referência visual para criação de desenhos e denominação de técnicas construtivas, como por exemplo a criação do Ponto Abacaxi e o Ponto Pipoca da Renda Renascença explicado pela Artesã Jasmine:

(As artesãs) fazem os pontos com o pensamento do que é parecido. Por exemplo, tem um ponto com o nome de abacaxi, (ele) foi inspirado no abacaxi. (O ponto) pipoca, a história que eu soube foi que as mulheres quando estavam torrando pipoca, acharam bem parecido (o desenho).

Somados aos aspectos ambientais, observa-se a influência de fatores demográficos nos processos de percepção do artesanato como atividade econômica em todos os grupos. Nas três associações localizadas no interior do estado, onde o município com maior população é inferior a 15 mil habitantes, o fazer artesanal é considerado uma oportunidade de renda extra, isto porque as artesãs apontam a agricultura como fonte de renda primária. De maneira inversa, o fator demográfico é percebido também na associação localizada na capital do estado. Com uma malha urbana maior e população

superior a 800 mil habitantes, o artesanato passa a ser considerado como fonte de renda primária e única ocupação para geração de renda de todas as artesãs entrevistadas.

Em conjunção com os fatores geográficos e demográficos, observa-se que aspectos sociais, culturais e históricos do território são determinantes para a absorção e reconhecimento do produto artesanal dentro do Estado. Nas associações que trabalham com o Artesanato Tradicional, a valorização da peça artesanal faz parte do cotidiano e da história da comunidade, sendo reconhecida como valor cultural e social. A Artesã Margarida fala sobre o costume de utilizar peças em Labirinto como parte da história do município de Serra Redonda:

As peças da igreja, aquelas peças do altar, ainda tem aquela tradição. Porque, como eu disse a você, são décadas e mais décadas sendo feitas. Quando você chega na Igreja Matriz de Serra Redonda e vai assistir uma missa, as peças do altar são sempre em Labirinto.

Para as artesãs que produzem Artesanato de Referência Cultural uma das falas recorrentes refere-se a falta de valorização do artesanato por parte da própria comunidade em que estão inseridas. Em alguns relatos observa-se que o não-reconhecimento por parte de vizinhos e familiares é fator desestimulante para a continuação do fazer artesanal. Para as artesãs, a desvalorização do artesanato se relaciona com a matéria-prima utilizada e principalmente pela falta de interesse no processo produtivo artesanal. Entretanto, apesar das resistências e empecilhos encontrados pelas Associações perante a comunidade, observa-se um movimento de dedicação e conservação do saber artesanal na fala de todas as entrevistadas.

Além de fatores relacionados as vivências e memórias, os relatos sobre identidade e artesanato apresentaram uma linha tênue entre indivíduo e coletivo, revelando aspectos positivos e negativos de relações construídas por meio do artesanato. Nas associações estudadas percebeu-se a recorrência da definição da artesã-presidente ainda nos primeiros momentos da criação da associação, como foi observado no relato da Artesã Margarida sobre a fundação da Associação das Artesãs de Serra Redonda. A artesã afirma que sua nomeação ocorreu logo após uma reunião proposta pelo Programa de Artesanato Paraibano (PAP) e SEBRAE para fomento do artesanato paraibano, não havendo votação, apenas a indicação de que ela assumiria o cargo de presidente.

Ao longo das entrevistas são percebidas semelhanças no perfil das artesãs que ocupam ou ocuparam a presidência das associações como: a centralização de atribuições e responsabilidades, a longa permanência e o desgaste físico e/ou mental inerentes ao cargo de liderança. Segundo a Artesã Margarida, mesmo sem estar oficialmente no cargo há bastante tempo,

as atividades relacionadas com divulgação do trabalho recaem ainda sobre ela como viagens, reportagens e entrevistas e reforça “(...)elas preferem fazer as coisas, vender, trabalhar, produzir, mas não gostam muito dessa parte mais responsável não.” Tais fatores favorecem uma relação de hierarquia entre as associadas, que acaba por influenciar não apenas aspectos administrativos, mas também processos produtivos e criativos do artesanato.

Entretanto, quando questionadas sobre a organização do trabalho dentro das associações, as artesãs apontam afinidades e habilidades individuais como fatores decisivos para a ocupação de funções. Nas associações com produção de Artesanato de Referência Cultural, a divisão do trabalho é realizada de acordo as orientações de atores externos, como explica a Artesã Flora:

Quando a gente começou, disseram para gente assim: se eu me identifiquei com colar, então eu ficasse fazendo colar porque era uma coisa que eu gostava. (Era) assim... se identificou com brinco? Ficasse com brinco. Todo mundo aqui trabalhava, mas trabalhava com que se identificava mais.

A divisão de atividades ocorre de maneira similar nas associações que produzem Artesanato Tradicional, porém devido às características do Labirinto e da Renda Renascença, essa divisão do trabalho geralmente é organizada por etapas de produção. Apesar de ocorrer uma divisão do trabalho, as artesãs entrevistadas relatam que todas as associadas possuem o conhecimento básico para produção de qualquer peça do catálogo. Na visão das artesãs, com uma divisão por afinidade, o fluxo de produção se torna mais rápido e as peças ganham um melhor acabamento, isto porque cada artesã trabalha com o que realmente se identifica. Portanto, observa-se que organização inicial das associadas de acordo com afinidades e habilidades sugerida por agentes externos teve por objetivo proporcionar um ambiente colaborativo e benéfico para produção artesanal, favorecendo a comunicação, aprendizagem e troca de experiências.

Artesanato paraibano, economia e empreendedorismo

A intervenção do SEBRAE em parceria com o PAP e instituições públicas como Governo do Estado da Paraíba e Prefeituras Municipais foi fundamental para a estruturação e criação das associações de artesãos pesquisadas. Nesse contexto, o associativismo e cooperativismo na Paraíba é proposto como meio de fortalecimento e estruturação econômica do artesanato, promovendo melhorias na divulgação e comercialização da atividade dentro e fora do estado. As ações ocorreram por meio de projetos e

programas de políticas públicas que visavam a organização de artesãos em grupos legais perante a legislação brasileira. O processo de institucionalização do saber artesanal no estado teve início com a implantação do projeto Cooperar3, no ano de 1997. Já as associações com menos de 20 anos de atividade, tiveram apoio direto do SEBRAE para sua fundação. Esse fato pode ser associado à implementação do Programa Paraíba em Suas Mãos, lançando em dezembro de 2003, também pelo Governo do Estado da Paraíba. A presença do SEBRAE nas associações esteve ligada ao processo de capacitação do artesão como empreendedor e gestor do trabalho artesanal, oferecendo cursos e treinamentos de acordo com as necessidades de cada grupo.

Apesar do apoio inicial recebido por todas as associações estudadas, quando questionadas sobre os tipos de apoio que possuem atualmente, uma fala recorrente das artesãs relaciona-se com a falta de continuidade do trabalho implementado pelos órgãos e agentes externos, como pode ser observado nos trechos a seguir:

Já tivemos durante um bom tempo, tivemos apoio de prefeitura, SEBRAE, IFPB, mas hoje? Hoje mesmo não! Não temos mais nenhum apoio (Artesã Flora, 2020)

Agora já faz um bom tempo que eles (SEBRAE) não vêm né, faz um bom tempo que eles abandonaram a gente. No início, nossa! Era direto aqui. (Artesã Rosa, 2020)

Diante dos relatos, pode-se observar um movimento de descontentamento perante as instituições de fomento. Algumas das artesãs atribuem a decadência das associações à falta de apoio contínuo dos programas e órgãos que anteriormente foram seus parceiros, igualando-se à situação de abandono, como explica a Artesã Rosa:

Eu sempre digo: SEBRAE é aquele que solta a semente, depois eles não querem saber se está em terra fértil ou em terra seca. Porque se você solta uma semente, você tem que ver a terra, tem que ver se germinou, se cresceu se produziu frutos, tudo isso.

Nesse contexto, quando questionadas sobre os incentivos do PAP junto às associações, as artesãs de imediato relacionam as ações do programa ao Salão de Artesanato Paraibano. Com duas edições anuais, propostas de acordo com o calendário turístico do estado, o evento tornou-se a maior fonte de divulgação e visibilidade do artesanato paraibano dentro e fora do

estado. Entretanto, a questão política que envolve o artesanato na Paraíba vai além da divulgação e dos eventos estaduais, dificultando a absorção do artesanato em outros eventos nacionais. A alternância entre gestões também é relatada como fator de influência perante a continuidade e manutenção das associações. Para a Artesã Margarida o apoio externo é necessário para a continuação do saber artesanal, isto porque sem apoio financeiro projetos não conseguem ser postos em prática, como explica a seguir.

Tenho minha mão de obra, posso até não cobrar nada por ela mas tem uns custosinhos que é difícil para nós de manter sem apoio de prefeitura, sem apoio de ninguém. É tanta coisa que precisa e tudo onera o nosso bolso. A gente não tem verba, aí fica difícil para a gente fazer assim esse projeto. Tem o projeto todinho em mente, na cabeça, mas até hoje não tem quem se disponibilize a nos ajudar com os acessórios que faltam.

Ao longo das entrevistas pode-se observar na fala das artesãs o peso do setor público e de agentes externos para fomento e manutenção do artesanato dentro das associações, envolvendo não apenas questões administrativas e de incentivo ao artesanato, mas também revelando divergências resultantes do sistema político no estado, facilmente reconhecido pelo abandono de programas e projetos iniciados em gestões anteriores. Nesse contexto, o que pode ser percebido da atuação do SEBRAE em parceria com órgãos públicas da Paraíba é uma apropriação de um discurso sobre valorização cultural do artesanato aplicado apenas nas etapas iniciais das intervenções, favorecendo uma dicotomia exposta frequentemente pelas artesãs: **o despertar da visão empreendedora versus a delimitação de atuação**. Ao mesmo tempo que o setor público busca proporcionar meios para implementação de inovações, também limita o fazer artesanal de acordo com suas bases e termos de referência de atuação no setor artesanal, classificando e categorizando artesãos e artesanato de acordo com suas métricas mercadológicas. A visão econômica implementada ao artesanato paraibano pode ser observada na fala da Artesã Margarida sobre a utilização da técnica de junção do Labirinto com o Bordado nas peças produzidas na associação.

A gestora (do SEBRAE) não aceitava que fosse duas mercadorias distintas, né? [...] Aí pra dar uma trégua nessa coisa que a gente não podia apresentar dois trabalhos distintos, veio a necessidade de incorporar o Bordado no Labirinto, para poder ter direito pra ficar (no Salão de Artesanato Paraibano). Lutamos com as armas que a gente tinha, aí a gente botou o Bordado no Labirinto. (...) Foi necessidade, não foi estratégia não.

As delimitações do SEBRAE ocorrem também no Artesanato de Referência Cultural, como pode ser observado no relato da Artesã Rosa sobre o processo de criação de uma boneca.

Quando eu mostrei para o SEBRAE, o SEBRAE disse: não pode! Não pode por que a boneca? Ela é o que? Uma base de uma garrafa pet, a saia dela revestida com a fibra, tem a gola de crochê com a fibra da banana, o cabelinho, tudo de fibra de banana! Só a base que é reciclável e a cabeça é de boneca. Aí ele (SEBRAE) disse que não poderia, teria que ser (tudo) da palha da banana, da fibra da banana.

Desta forma, o posicionamento acaba por se estender as entidades públicas parceiras do órgão, implicando em embargos e dificuldades para a realização do que é proposto pelo setor público: divulgação e ampla comercialização do artesanato produzido em eventos e feiras. Diante dos fatos, observa-se que o posicionamento de mais valia econômica e menor valor sociocultural das entidades e programas de fomento acabam por moldar também a visão das artesãs quanto ao artesanato produzido.

Considerações finais

Percebemos que a identidade do artesanato paraibano se confunde não apenas com a identidade do artesão, mas principalmente com sentimentos de pertencimento ao território. O fazer artesanal relaciona-se com os conhecimentos sobre a matéria-prima que caracteriza e identifica o território, revelando um artesanato próprio e particular de cada região do estado. Refere-se também a uma identidade construída por meio de curiosidade e observação de mulheres: são avós, mães, tias e vizinhas que inspiram o fazer artesanal. Para as artesãs entrevistadas para ter identidade é preciso ter significado, é preciso pertencer a algum lugar. Sem pertencimento, o fazer artesanal se perde em meio as dificuldades do mundo moderno, como geração de renda e status social. Portanto, percebe-se um artesanato paraibano como reflexo de identidades e singularidades territoriais.

A investigação de contextos socioculturais de Associações de Artesãs na Paraíba proporcionou uma compreensão acerca de aspectos ainda pouco explorados na literatura, como a presença de dicotomias e fragilidades estruturais em todas as organizações estudadas. Os processos colaborativos são evidenciados como ponto positivo na fala das artesãs, entretanto a delimitação de cargos de responsabilidade administrativa prejudica a percepção de coletividade e responsabilidades por parte de algumas associadas. Nesse contexto, destacamos que o modelo hierárquico aplicado nas

associações pode ser maléfico quando existe uma falsa posição de “poder”, promovendo assim um movimento de resistência versus aprovação no grupo e conseqüentemente contribuindo para o desestímulo e rupturas dentro da organização social. Desta maneira, falências e/ou rupturas de Associações de Artesãos na Paraíba são reflexo de ações que reforçam uma percepção assistencialista acerca do artesanato e principalmente do artesão paraibano. Nesse cenário, podemos relacionar as ações pró-associativismo difundidas na Paraíba com a visão primariamente mercadológica do setor público, cujo principal programa de divulgação e fomento do artesanato é vinculado à Secretária Estadual de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Apoiado financeiramente pelo SEBRAE, o PAP guia artesãos e associações aos aspectos comerciais do artesanato. Esse direcionamento tendencioso do fazer artesanal paraibano como atividade econômica e turística, afetando o olhar do artesão quanto a fatores como identidade, cultura e tradição do artesanato produzido.

Em concordância com os relatos recolhidos, a exploração comercial e econômica do artesanato paraibano por órgãos públicos pode ser observada também como argumento para criação e instituição de projetos de cunho político para promoção de desenvolvimento local e inclusão social em todo o estado. Desta maneira, percebemos que as políticas públicas de fomento ao artesanato na Paraíba implementadas pelo PAP com apoio do SEBRAE, utilizam-se do valor cultural do artesanato apenas em momentos estratégicos, quase sempre relacionados à divulgação e promoção política. No contexto atual, percebemos como efeitos dos processos de associativismo do artesão e do artesanato paraibano uma produção artesanal envolta em dicotomias, que reconhece seu valor cultural por meio de seu valor comercial e turístico.

1 A classificação utilizada foi apresentada na Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, de 2012, apresentada pelo Programa de Artesanato Brasileiro.

2 Para fins de compreensão textual e preservação da identidade das artesãs foram utilizados nomes fictícios relatos retirados das entrevistas realizadas durante o estudo de casos múltiplos.

3 O projeto Cooperar tem como um de seus pilares de atuação o apoio ao cooperativismo e ao associativismo na identificação, no planejamento, na execução e na operação dos seus investimentos. (GOVERNO DO ESTADO, 2020)

Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador, EDUFBA, p. 13-23, 2007.
- BARROSO, E. Artesanato E Mercado. Curso Artesanato, Segundo Módulo. 2001. 44 p
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zagar, 2005.
- BEZERRA, Pablo Felipe Marte; ARRUDA, Amilton José Vieira de; LOPES FILHO, Celso Hartkopf. Processos Colaborativos, Codesign e Identidade: processos colaborativos e identidade local: aplicando conceitos do design estratégico. In: ARRUDA, Amilton J. V. (org.). Design & Inovação Social. São Paulo: Blucher. p. 199-220, 2017. (Série [designCONTEXTO]).
- BORGES, A. Design + Artesanato: o caminho brasileiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Programa de Artesanato Brasileiro. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília, 2012.
- CAVALCANTI, V. P. Ecovisões sobre Design e Artesanato. In: OLIVEIRA, A. J.; FRANZATO, C.; DEL GAUDIO, C. (São Paulo - SP) (org.). Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, p. 237-242, 2017.
- FERNANDES, A. P. Um novo artesanato brasileiro: a busca por uma identidade cultural e social. In: ARRUDA, A. J. V. (org.). Design & Inovação Social. São Paulo: Blucher, p. 163-182. 2017. (Série [designCONTEXTO]).
- KELLER, P. F. O Artesão E a Economia Do Artesanato Na Sociedade Contemporânea. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho. João Pessoa, p. 323-347. out. 2014.
- KRUCKEN, L. Conexões criativas entre pessoas e lugares: possíveis ações do designer em projetos no território. In: OLIVEIRA, A. J.; FRANZATO, C.; DEL GAUDIO, C. (São Paulo - SP) (org.). Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher. p.359-372. 2017
- MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. De Artesão a Empreendedor: a resignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. RAM. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, p. 76-97. dez. 2014.
- NORONHA, R. O designer orgânico: reflexões sobre a produção do conhecimento entre designers e louceiras em Itamatatua - MA. In: OLIVEIRA, A. J.; FRANZATO, C.; DEL GAUDIO, C. (São Paulo - SP) (org.). Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, p. 277-294. 2017.
- ROSSI, L. M. Design e artesanato no Nordeste: sustentabilidade e verbos criativos. In: OLIVEIRA, A. J.; FRANZATO, C.; DEL GAUDIO, C. (São Paulo - SP) (org.). Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2017. p. 243-260

Recebido: 08 de janeiro de 2021.

Aprovado: 10 de fevereiro de 2021.